

FALA! Intersindical

Intersindical dos Profissionais de Nível Médio e Universitário da CELESC
SENGE/SC - SINTEC/SC - SINDECON/SC - SINCOPOLIS



INTERSINDICAL NA LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO E A REFORMA PREVIDENCIÁRIA DEVASTADORA

Mais uma vez o governo federal manda a conta para o trabalhador brasileiro. Desta vez é a reforma da Previdência e a privatização do setor de saneamento. Como qualquer brasileiro sabe, o teto atual de aposentadoria do INSS é de R\$ 5.531,31. Segundo o Sindicato nacional dos Aposentados o valor médio dos benefícios concedidos em maio de 2016 foi de R\$ 1.303,58 para o trabalhador urbano e R\$ 880,84 para o trabalhador rural. Entretanto, para juízes, promotores, políticos e outros membros privilegiados de certas categorias os benefícios previdenciários atingem dezenas de milhares de reais.

O governo apresenta a Previdência Social como deficitária porque mostra os gastos com benefícios e programas sociais custeados apenas pela receita da Previdência. Porém, ela faz parte da Seguridade Social, que é um pacote composto também por assistência social e saúde. A Seguridade, por sua vez, tem recolhimento na folha de pagamento do trabalhador, em receitas ou faturamentos, no lucro, em loterias federais e oriundas de importadores de bens e serviços, segundo o artigo 195 da Constituição Federal. A Previdência Social não apresenta déficit, e sim superávit, mesmo com as

desonerações perniciosas. Diminui-se a contribuição do empresário com a justificativa de que é para gerar mais emprego, mas o objetivo é gerar lucro para empresas. Isso sem falar na Desvinculação das Receitas da União (DRU), que permite que 20% da arrecadação da seguridade fosse usada para quitar outras dívidas da União.

Essa reforma é injusta, a começar pela idade mínima proposta de 65 anos, tanto para homens como para mulheres. E, tratando-se do Brasil, sabemos que em muitos estados e cidades mais humildes, onde o trabalhador têm condições precárias, a expectativa de vida diminui. Muitos vão morrer sem se aposentar. Outra injustiça é o tempo de contribuição - 49 anos - para o valor integral do benefício. Isso vai desestimular o trabalhador, que não vai querer contribuir, já que poderá receber muito pouco. No modelo de transição, a idade não será levada em conta, mas o tempo de contribuição será calculado segundo as regras novas. Ela é totalmente prejudicial, pois reduzirá o valor do seu benefício. Na verdade, o objetivo oculto do governo é a privatização da previdência, migrando os trabalhadores para planos previdenciários privados.

PRIVATIZAÇÃO PREDATÓRIA

Para ocultar seu viés privatista o governo federal propõe privatizar o setor de saneamento em troca de uma política de ajuste fiscal duvidosa. Coloca as empresas de saneamento como moedas de troca desastrosas.

Não permitiremos que os trabalhadores paguem essa conta alta para gerar lucros privados. O governo federal deveria se ater a uma reforma política e tributária ao invés de negociar as estatais brasileiras e propor reformas totalmente descabidas e sem discussão com a sociedade brasileira.

INTERSINDICAL NA LUTA POR UMA EMPRESA PÚBLICA E EFICAZ.

FILIE-SE AO SINDICATO DE SUA CATEGORIA

SENGE/SC - SINTEC/SC - SINDECON/SC - SINCÓPOLIS